LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

DECRETO-LEI Nº 1.455, DE 7 DE ABRIL DE 1976

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o

Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências.

artigo 55, item II, da Constituição,
DECRETA:
Art. 34. Constitui falta grave praticada pelos chefes de órgãos da Administração Direta ou Indireta, proguia de importação ou documento de efeito equivalente, quando exigíve na forma da legislação em vigor. § 1º A apuração da irregularidade de que trata o <i>caput</i> deste artigo será efetuada mediante inquérito determinado pela autoridade competente. § 2º O prosseguimento do despacho aduaneiro dos bens importados nas condições do <i>caput</i> deste artigo, ficará condicionado à conclusão do inquérito a que se refere o parágrafo anterior. § 3º O Ministro da Fazenda disciplinará os procedimentos fiscais a serem adotados pelas repartições da Secretaria da Receita Federal, na ocorrência de infrações na importação que
envolvam órgãos da Administração Pública. Art. 35. O Ministro da Fazenda disporá quanto à exigência de guia de importação ou documento de efeito equivalente, previamente ao embarque no exterior, para a entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca de Manaus.